



EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 001/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2024.

O Município de Montividiu do Norte, Estado do Goiás, torna público, para conhecimento dos interessados, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, com critério de julgamento por MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: às 13:00 horas do dia 02 de maio de 2024.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 13:01 horas do dia 02 de maio de 2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>.

DO OBJETO

1.1. Registro de preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no ramo pertinente para fornecimento de medicamentos, materiais hospitalares e alimentos para dieta enteral conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. O valor máximo estimado unitário da contratação é de **R\$ 2.623.217,39 (dois milhões e seiscentos e vinte três mil e duzentos e dezessete reais e trinta e nove centavos)**.

16. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/> e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2024, Recursos ordinários conforme a seguir: 2.095 MANUTENCAO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS FICHA: 449 FONTE: 102.

2.2. A cada exercício financeiro, deverá ser confirmada a disponibilidade de créditos orçamentários.

3. DO CREDENCIAMENTO



3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/> que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.3.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.5. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.6. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.3.8. O impedimento de que trata o item 4.3.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.9. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



4.4.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.

5.9. Após convocação via sistema, o licitante melhor classificado terá o prazo de até 30 (trinta) minutos para envio dos documentos de habilitação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000



7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (hum centavo).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a vinte minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do



porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

7.26.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.26.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;

7.26.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento específico;

7.26.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.26.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.26.6. empresas estabelecidas no território no território do Estado em que este se localize;

7.26.7. empresas brasileiras;

7.26.8. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital,

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no prazo de 02 (DUAS) horas sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (TRÊS) dias úteis contados da solicitação.

8.6.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.



8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 30 (trinta) minutos, os quais deverão ser enviados via sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.3. Possuir Cadastro do Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>

9.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. 9.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.11. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.14. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.15. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

9.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.19. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.20. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.21. Habilitação jurídica:

9.21.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

9.21.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

9.21.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.



9.21.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.21.5. Para as sociedades empresárias: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.21.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.22. Regularidade fiscal e trabalhista:

a) **CNPJ** - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) **INSCRIÇÃO ESTADUAL** - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS** - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

d) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS** - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

e) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS** - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante e a do município promotor da licitação;

f) **CERTIDÃO REGULARIDADE RELATIVA AO FGTS** - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) obtida no site: www.tst.jus.br/certidao1, ou certidão positiva com efeitos de negativa acompanhado das respectivas certidões da pessoa física/sócio administrador (a) da empresa licitante. Prova de inexistência de ações trabalhista perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa do Tribunal Regional do Trabalho do Estado relativo ao domicílio ou sede do licitante; acompanhado das respectivas certidões da pessoa física/sócio administrador (a) da empresa licitante.

9.22.1. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.23. Qualificação Econômico-Financeira.

9.23.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.23.2.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrado na Junta Comercial do Estado que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A comprovação



da boa situação financeira que se trata este item será apurada mediante a obtenção do índice de liquidez geral maior ou igual a 01(um), devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, cuja apuração dar-se-á através das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral - ILG, maior ou igual a 1:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Índice de Solvência Geral - ISG, maior ou igual a 1:

$$ISG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Índice de Liquidez Corrente - ILC, maior ou igual a 1:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Endividamento Geral - IEG, menor ou igual a 0,5:

$$IEG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Onde:

AC= Ativo Circulante

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

LRP = Realizável a Longo Prazo

9.23.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.23.4. As empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura.

9.24. Qualificação Técnica

As empresas deverão apresentar:

a) AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO expedida pela ANVISA/MS – Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Ministério da Saúde, conforme estabelece o Art.21 da Lei Federal nº5991, de 17 de dezembro de 1973.

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



b) **ALVARÁ SANITÁRIO OU LICENÇA SANITÁRIA** válido para o ano vigente (documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária da sede da licitante).

Obs. 1: Quando se mostrar inviável a apresentação do documento em questão, será admitida a apresentação de um documento complementar (também emitido pelo órgão de vigilância sanitária competente) comprovando a prorrogação do prazo de validade do documento. Na ocorrência desta situação, a licitante deverá apresentar além do documento (Alvará Sanitário ou a Licença Sanitária) que esteja vencido, o outro documento (declaração) que comprove a prorrogação do prazo de validade de seu documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária);

Obs. 2: Quando se tratar de empresa recém constituída será admitida a apresentação do protocolo de solicitação do documento (Alvará Sanitário ou Licença sanitária competente). Neste caso, o documento deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato, quando solicitado, sob pena de ser punido com as medidas cabíveis;

Obs. 3: Nos casos em que a empresa licitante seja considerada isenta da apresentação do Alvará Sanitário ou da Licença Sanitária, a licitante deverá fazer prova de sua isenção por meio de documento expedido pelo órgão sanitário competente;

Obs. 4: A não apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) ou ainda da declaração ou protocolo de entrada, fará presumir que a licitante não possui o documento, ou que não possui condições de revalidação, o que poderá ser motivo da inabilitação da participante;

Obs. 5: Será admitida a apresentação do documento (Alvará Sanitário ou Licença Sanitária) da sede da licitante, naqueles casos em que a licitante ainda não possua sede ou filial no Município de Montividiu do Norte. Neste caso a participante não estará dispensada da apresentação do documento, apenas terá que apresentar o documento a ser emitido pela Vigilância Sanitária de Montividiu do Norte ao Gestor do Contrato, quando solicitado, sob pena de ser punido com as medidas cabíveis;

Obs. 6: Os termos, Alvará Sanitário ou Licença Sanitária significam a mesma coisa. A previsão das duas nomenclaturas se dá tão somente pelo fato de que há divergências de designação por localidade, contudo, a licitante deverá ter em mente que deverá apresentar um documento que comprove que ela adota as medidas cabíveis de asseio e vigilância sanitária no acondicionamento ou manuseio de seus produtos.

c) **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA OU CERTIDÃO**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente que comprovem ter o licitante fornecido de maneira satisfatória, compatíveis em características com o objeto desta licitação.

d) **CERTIFICADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia, dentro da validade.

e) Termo de Compromisso, anexo VII, do Edital.

9.24.1. Pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com firma reconhecida da sua assinatura, tratando-se de pessoa de direito privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório dos produtos objeto desta licitação, devendo, esse(s) atestado(s), conter(em), no mínimo, a identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado, identificação do licitante, descrição clara dos produtos/materiais fornecidos, sendo que, as informações que não constarem dos respectivos atestados poderão ser complementadas por meio cópia autenticada de instrumento de contrato ou nota fiscal;

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



9.25. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.25.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.26. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.27. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.28. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.31. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.



10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Cabe recurso em face de:

11.1.1. julgamento das propostas;

11.1.2. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

11.1.3. anulação ou revogação da licitação .

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

11.2.2. A apreciação se dará em fase única.

11.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

11.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

11.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000



apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

11.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

11.2.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000



15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.



16.2. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

16.3 - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

16.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

16.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

16.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

17. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

17.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

17.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

17.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.



17.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

17.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

17.6.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

17.6.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

17.6.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.

17.6.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

17.6.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA 18.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1. São obrigações da contratante:

18.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000



18.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

18.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

18.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

18.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.2.1. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

18.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.

18.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990); Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.2.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.2.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18.2.7. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

18.2.8. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

19. DO PAGAMENTO



19.1. O fornecimento será realizado mensalmente, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Montividiu do Norte.

19.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.

19.4.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.8. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9o da Medida Provisória no 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

19.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. - dar causa à inexecução parcial do contrato;



II. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III.- dar causa à inexecução total do contrato;

IV. - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

X. - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I.- advertência;

II.- multa;

III.- impedimento de licitar e contratar;

IV.- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

V. Na aplicação das sanções serão considerados:

VI.- a natureza e a gravidade da infração cometida;

VII.- as peculiaridades do caso concreto;

VIII.- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IX.- os danos que dela provierem para a Administração Pública;

X.- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



20.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

20.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte- GO, pelo prazo de 3 (três) anos.

20.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

20.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

20.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/>



21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site <https://bnc.org.br/> e no endereço eletrônico www.montividiudonorte.go.gov.br.

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.montividiudonorte.go.gov.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://bnc.org.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da www.montividiudonorte.go.gov.br.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME- EPP

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VI– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII – TERMO DE COMPROMISSO

Montividiu do Norte, Goiás, 17 de abril de 2024.

Jacilene Martins de Paiva Aires

Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



PREGÃO ELETRÔNICO SRP 001/2024

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Registro de preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no ramo pertinente para fornecimento de medicamentos, materiais hospitalar e alimentos para dieta enteral conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo:

1.1. Nos termos do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será destinado à participação de QUALQUER interessado cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

1.2. O valor máximo estimado unitário da contratação é de **R\$ 847.564,61 (oitocentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos)**.

1.3. A adjudicação deverá ser feita pelo menor preço por item.

1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Direito a Saúde é instituto jurídico abarcado pela nossa Constituição Federal da República desde o ano de 1988. Assim, em seu artigo 196, a CF/88 declara que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Partindo do princípio de que saúde é dever do Estado, e visando atender os pacientes que estão em tratamento e os demais que venham necessitar de tratamento nas unidades do Fundo Municipal de Saúde.

2.2. A presente solicitação se dá pela necessidade de aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e alimentos para dieta enteral para atender as necessidades da Secretária de Saúde, buscando a demanda de atendimento da população junto ao sistema de saúde pública municipal.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos são definidos como de natureza comum, de acordo com a Lei 14.133/2021.

MEDICAMENTOS INJETÁVEIS

ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	AMP	2000	AGUA P/ INJETAVEIS 10 ML	R\$ 0,60	R\$ 1.206,67
2	AMP	400	AMINOFILINA 24MG/ML CX	R\$ 14,47	R\$ 5.788,00
3	AMP	500	AMIODARONA 50MG/ML INJ 3ML	R\$ 4,81	R\$ 2.406,67

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com

4	AMP	500	ATROPINA 0,25 MG/ML INJ 1 ML	R\$ 1,51	R\$ 753,33
5	AMP	2000	BENZILPENICILINA 1.200.000UI	R\$ 14,47	R\$ 28.940,00
6	AMP	1000	BENZILPENICILINA 600.000UI	R\$ 14,47	R\$ 14.470,00
7	AMP	400	BROMOPRIDA 10MG /2 ML	R\$ 1,37	R\$ 546,67
8	AMP	3000	BUSCOPAM COMPOSTO INJ	R\$ 3,46	R\$ 10.380,00
9	AMP	1000	BUSCOPAM SIMPLES INJ	R\$ 1,86	R\$ 1.863,33
10	AMP	100	CEFALOTINA SODICA 1G PO INJ	R\$ 7,39	R\$ 738,67
11	AMP	1000	CEFTRIAXONA 1G	R\$ 6,02	R\$ 6.020,00
12	AMP	200	CETOPROFENO 100 MG INJ EV FRASCO AMPOLA	R\$ 2,69	R\$ 537,33
13	AMP	100	CLORETO DE POTASSIO 19,1% INJ 10 ml	R\$ 0,60	R\$ 60,33
14	AMP	100	CLORETO DE SODIO 10%	R\$ 0,60	R\$ 60,33
15	UN	200	CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE 1000ML	R\$ 12,44	R\$ 2.488,67
16	AMP	100	CLORPROMAZINA 5 MG/ML (amplictil) inj	R\$ 3,98	R\$ 398,33
17	AMP	4000	COMPLEXO B INJ	R\$ 1,68	R\$ 6.720,00
18	AMP	100	DESLANOL CX	R\$ 4,79	R\$ 479,33
19	AMP	3000	DEXAMETASONA 4MG/ML	R\$ 2,43	R\$ 7.300,00
20	AMP	300	DIAZEPAN 5MG/ML 2 ML AMP	R\$ 2,41	R\$ 722,00
21	AMP	2000	DICLOFENACO DE SODIO INJ	R\$ 2,43	R\$ 4.866,67
22	AMP	500	DIMENIDRINATO+CLOR DE PIRIDOXINA, GLICOSE, FRUTOSE 10 ML	R\$ 16,44	R\$ 8.218,33
23	AMP	1000	DIMENIDRINATO+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA B6/1 ml	R\$ 40,51	R\$ 40.513,33
24	AMP	4000	DIPIRONA SODICA INJ	R\$ 1,62	R\$ 6.480,00
25	AMP	20	DOLOSAL INJ	R\$ 14,47	R\$ 289,40
26	AMP	100	ETILEFRINA	R\$ 5,20	R\$ 520,33
27	AMP	100	FENITOINA 50MG/ML INJ	R\$ 5,50	R\$ 549,67
28	AMP	100	FENOBARBITAL 100 MG/ML	R\$ 6,02	R\$ 602,00
29	AMP	20	FENTANIL 50 MCG/ML 2ML	R\$ 4,38	R\$ 87,53
30	AMP	20	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML	R\$ 16,54	R\$ 330,80
31	AMP	400	FUROSEMIDA 10 MG/ML 2ML	R\$ 3,30	R\$ 1.320,00
32	AMP	100	GENTAMICINA 80 MG INJ AMP 2ML	R\$ 2,29	R\$ 229,33
33	AMP	1000	GLICOSE 25% INJ 10 ML	R\$ 1,32	R\$ 1.320,00
34	AMP	1000	GLICOSE 50% INJ 10ML	R\$ 1,32	R\$ 1.320,00
35	AMP	100	HALOPERIDOL 5MG/ML INJ	R\$ 8,24	R\$ 824,33
36	AMP	500	HIDROCORTISONA 100MG PO IM/IV	R\$ 8,36	R\$ 4.178,33
37	AMP	2000	HIDROCORTISONA 500MG PO IM/IV	R\$ 12,18	R\$ 24.353,33
38	AMP	1000	LIDOCAINA INJ	R\$ 11,25	R\$ 11.250,00
39	AMP	500	METROPROLOL 01 MG/ML INJ AMP 5 ML	R\$ 50,00	R\$ 25.001,67
40	AMP	500	MORFINA	R\$ 4,48	R\$ 2.240,00
41	AMP	2000	OMEPRAZOL 40 MG INJ	R\$ 15,28	R\$ 30.560,00
42	AMP	1000	ONDANSETRONA 2MG/ML	R\$ 3,07	R\$ 3.066,67
43	AMP	500	PLASIL INJ AMP	R\$ 1,55	R\$ 775,00

44	AMP	400	PROMETAZINA 25 MG INJ	R\$ 4,11	R\$ 1.642,67
45	UN	20	PVPI 1% 1000 ML	R\$ 77,55	R\$ 1.551,07
46	UN	15000	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML	R\$ 7,53	R\$ 112.900,00
47	FR	10000	SORO FISIOLÓGICO 250 ml	R\$ 7,66	R\$ 76.600,00
48	FR	8000	SORO FISIOLÓGICO 500 ml	R\$ 11,49	R\$ 91.946,67
49	UN	500	SORO GLICO-FISIOLÓGICO 500 ML	R\$ 11,49	R\$ 5.746,67
50	UN	1000	SORO GLICOSADO 500 ML	R\$ 11,49	R\$ 11.493,33
51	UN	400	SORO RINGER LACTADO 500 ML	R\$ 9,84	R\$ 3.936,00
52	UM	400	SORO RINGER SIMPLES 500 ML	R\$ 9,84	R\$ 3.936,00
53	AMP	1000	TENOXICAM 40 MG AMPOLAS	R\$ 22,69	R\$ 22.686,67
54	AMP	3000	TRAMADOL 50MG/ML	R\$ 2,41	R\$ 7.220,00
55	AMP	500	TRANSAMIM 250 MG INJ	R\$ 9,62	R\$ 4.810,00
56	AMP	4000	VITAMINA C AMPOLA	R\$ 1,85	R\$ 7.413,33
57	AMP	500	VITAMINA K (FITOMENADIONA) 10 MG INJ	R\$ 3,45	R\$ 1.725,00
VALOR TOTAL					R\$ 614.383,79

MATERIAIS HOSPITALARES

ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	PCTE	50	ABAIXADOR DE LINGUA	R\$ 11,05	R\$ 552,67
2	UN	10	ADESIVO SINGLE BOND	R\$ 378,50	R\$ 3.785,03
3	CX	200	AGULHA 13 X 4,5 DESC C/ 100	R\$ 8,68	R\$ 1.736,67
4	CX	100	AGULHA 20 X 5,5 DESC C/100	R\$ 8,68	R\$ 868,33
5	CX	100	AGULHA 25 X 7 DESC C/ 100	R\$ 8,68	R\$ 868,33
6	CX	100	AGULHA 25X8 DESC C/ 100	R\$ 8,68	R\$ 868,33
7	CX	50	AGULHA 40X12 DESC C/100	R\$ 8,68	R\$ 434,17
8	UN	500	ALCOOL 70% 1000 ml	R\$ 8,45	R\$ 4.225,00
9	LT	20	ALCOOL IODADO	R\$ 40,11	R\$ 802,13
10	PC	100	ALGODAO HIDROFILO 500 MG	R\$ 21,53	R\$ 2.153,00
11	UND	50	APARELHO DE PRESSÃO	R\$ 98,62	R\$ 4.931,00
12	PCT	500	ATADURA DE 05 CM 9 FIOS COM 12 UNIDADES	R\$ 8,10	R\$ 4.051,67
13	PCT	500	ATADURA DE 10 cm 9 FIOS COM 12 UNIDADES	R\$ 9,84	R\$ 4.920,00
14	PCT	500	ATADURA DE 15 cm 9 FIOS COM 15 UNIDADES	R\$ 14,47	R\$ 7.235,00
15	UN	150	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO 2L	R\$ 7,53	R\$ 1.129,00
16	UN	1000	BOLSA DE COLOSTOMIA 19/64 MM	R\$ 24,31	R\$ 24.306,67
17	UN	200	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO 2L UNIDADE	R\$ 0,87	R\$ 173,33
18	CX	100	CATETER PERIFÉRICO Nº20	R\$ 1,18	R\$ 118,00
19	CX	2000	CATETER PERIFÉRICO Nº22	R\$ 1,18	R\$ 2.360,00
20	CX	2000	CATETER PERIFÉRICO Nº24	R\$ 1,18	R\$ 2.360,00
21	CX	500	CATETER PERIFÉRICO Nº26	R\$ 1,18	R\$ 590,00
22	UN	1000	CATETER TIPO OCULOS (INALAÇÃO DE OXIGÊNIO)	R\$ 2,43	R\$ 2.433,33
23	UN	500	CATETER TIPO ÓCULOS INFANTIL (INALAÇÃO DE OXIGÊNIO)	R\$ 2,43	R\$ 1.216,67

24	PCT	2000	COMPRESSA DE GAZE 7,5 x 7,5 9 FIOS CX C/ 500 (CREMER)	R\$ 40,51	R\$ 81.026,67
25	UN	100	DESCARTEX 20 LT	R\$ 8,68	R\$ 868,33
26	PCT	10	ELETRODO ECG P/ MONITORAÇÃO CARDIACA DESCARTÁVEL	R\$ 0,33	R\$ 3,33
27	PCT	15.000	EQUIPO MACROGOTAS PCT C/20	R\$ 25,47	R\$ 382.000,00
28	UN	200	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP	R\$ 1,56	R\$ 312,67
29	CX	10	ESCALPE Nº 21 CX C/100	R\$ 37,04	R\$ 370,40
30	CX	10	ESCALPE Nº 23 CX C/100	R\$ 37,04	R\$ 370,40
31	CX	10	ESCALPE Nº 25 CX C/100	R\$ 37,04	R\$ 370,40
32	UN	200	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M	R\$ 15,63	R\$ 3.125,33
33	UM	100	ESPARADRAPO MICROPOREO 05 cm X 10M	R\$ 15,63	R\$ 1.562,67
34	UN	400	ESPECULO GRANDE	R\$ 2,43	R\$ 973,33
35	UN	400	ESPECULO MEDIO	R\$ 2,43	R\$ 973,33
36	CX	50	FIOS DE SUTURA NYLON 2.0	R\$ 64,82	R\$ 3.241,00
37	CX	50	FIOS DE SUTURA NYLON 3.0	R\$ 64,82	R\$ 3.241,00
38	CX	50	FIOS DE SUTURA NYLON 4.0	R\$ 64,82	R\$ 3.241,00
39	CX	50	FIOS DE SUTURA NYLON 5.0	R\$ 64,82	R\$ 3.241,00
40	CX	100	FITA GLICEMIA ON CALL PLUS	R\$ 37,62	R\$ 3.762,00
41	CX	100	FITA GLICEROMETRO ACCU CHEK ACTIVE CX C/50	R\$ 86,81	R\$ 8.681,33
42	CX	100	FITA GLICEMIA G-TECH LITE	R\$ 71,77	R\$ 7.176,67
43	FRS	5	FIXADOR CITOLOGICO 100 ML	R\$ 13,20	R\$ 65,98
44	VD	10	FLUOR GEL	R\$ 12,10	R\$ 120,97
45	UN	10	IMOBILIZADOR APOIO LATERAL DE CABEÇA SUPORTE CERVICAL RESGATE	R\$ 30,33	R\$ 303,27
46	CX	50	LAMINA DE BISTURI Nº23 G CX C/100	R\$ 60,19	R\$ 3.009,50
47	CX	1000	LUVAS DE PROCEDIMENTO PP	R\$ 21,42	R\$ 21.416,67
48	CX	1000	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO G	R\$ 21,42	R\$ 21.416,67
49	CX	1000	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO M	R\$ 21,42	R\$ 21.416,67
50	CX	1000	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P	R\$ 21,42	R\$ 21.416,67
51	CX	100	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P SEM PÓ	R\$ 21,42	R\$ 2.141,67
52	UN	500	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 7,5	R\$ 2,43	R\$ 1.216,67
53	UN	500	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 7	R\$ 2,43	R\$ 1.216,67
54	CX	500	MASCARA C/ ELÁSTICO C/ 50	R\$ 9,84	R\$ 4.920,00
55	UN	20	MÁSCARA DE VENTURI TAMANHO ADULTO	R\$ 19,10	R\$ 382,00
56	UN	20	MÁSCARA DE VENTURI TAMANHO INFANTIL	R\$ 19,10	R\$ 382,00
57	UN	50	RM DISPOSITIVO P/ INCONTINENCIA URINARIA	R\$ 3,59	R\$ 179,50
58	CX	50	SERINGA 01 ML C/AG 13 X 4,5 CX C/100	R\$ 26,62	R\$ 1.331,17
59	CX	50	SERINGA 03 ML C/AG 25X7 CX C/100	R\$ 33,57	R\$ 1.678,33
60	CX	50	SERINGA 03 ML S/AG CX C/100	R\$ 33,57	R\$ 1.678,33

61	CX	50	SERINGA 05 ML C/AG25X7 CX C/100	R\$ 33,57	R\$ 1.678,33
62	CX	50	SERINGA 05 ML S/AG CX C/100	R\$ 33,63	R\$ 1.681,33
63	CX	50	SERINGA 10 ML C/AG 25X7 CX C/100	R\$ 62,16	R\$ 3.108,00
64	CX	50	SERINGA 20 ML C/AG 25X8 CX C/50	R\$ 51,80	R\$ 2.589,83
65	PCT	50	SERINGA BD ULTRA-FINE II CURTA 0,3CC/0,3ML PCT C/10	R\$ 53,36	R\$ 2.668,17
66	UN	100	SONDA FOLEY Nº08	R\$ 5,21	R\$ 521,00
67	UN	100	SONDA FOLEY Nº10	R\$ 5,21	R\$ 521,00
68	UN	100	SONDA FOLEY Nº12	R\$ 5,21	R\$ 521,00
69	UN	100	SONDA FOLEY Nº14	R\$ 5,21	R\$ 521,00
70	UN	100	SONDA FOLEY Nº16	R\$ 5,21	R\$ 521,00
71	UN	50	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 06	R\$ 1,51	R\$ 75,33
72	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 08	R\$ 1,51	R\$ 150,67
73	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 10	R\$ 1,51	R\$ 150,67
74	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 12	R\$ 1,51	R\$ 150,67
75	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 14	R\$ 1,51	R\$ 150,67
76	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 16	R\$ 1,51	R\$ 150,67
77	UN	50	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 18	R\$ 1,51	R\$ 75,33
78	UN	5	UMIDIFICADOR DE OXIGENIO 250 ml C/EXT E MASCARA ADULTO	R\$ 29,63	R\$ 148,17
VALOR TOTAL					R\$ 696.334,77

MEDICAMENTOS HOSPITALAR

ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CPR	6000	AAS 100MG INFANTIL CPR.	R\$ 0,07	R\$ 420,00
2	FR	100	ACEBROFILINA XPE ADULTO	R\$ 19,10	R\$ 1.910,00
3	CPR	4000	ACIDO FOLICO 5 MG	R\$ 0,10	R\$ 413,33
4	FR	500	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSP. ORAL C/10 ML	R\$ 3,36	R\$ 1.680,00
5	CPR	500	ALBENDAZOL 400 MG CPR.	R\$ 0,95	R\$ 473,33
6	CPR	2000	ALENDRONATO DE SODIO 70MG	R\$ 0,83	R\$ 1.666,67
7	FR	1000	AMBROXOL ADT 15MG/ML XPE	R\$ 8,68	R\$ 8.683,33
8	FR	1000	AMBROXOL PED 15MG/ML XPE	R\$ 8,68	R\$ 8.683,33
9	CPR	4000	AMIODARONA 200 MG CPR	R\$ 0,96	R\$ 3.840,00
10	CPR	2000	AMITRIPTILINA 25 MG CPR	R\$ 0,10	R\$ 206,67
11	FR	1000	AMOXICILINA 250 MG SUSP. ORAL	R\$ 16,79	R\$ 16.786,67
12	CPR	5000	AMOXICILINA 500 MG CPS	R\$ 0,50	R\$ 2.483,33
13	CPR	5000	ANLODIPINO 10 MG CPR	R\$ 0,16	R\$ 816,67
14	CPR	5000	ANLODIPINO 5 MG CPR.	R\$ 0,16	R\$ 816,67
15	CPR	5000	ATENOLOL 100 MG CPR	R\$ 0,17	R\$ 866,67
16	CPR	5000	ATENOLOL 50 MG CPR	R\$ 0,17	R\$ 866,67
17	FR	500	ATROVENT GTS 20 ML	R\$ 5,21	R\$ 2.605,00
18	CPR	5000	AZITROMICINA 500MG CPR	R\$ 1,70	R\$ 8.500,00
19	FR	1000	AZITROMICINA PO P SUSP 40MG/ML	R\$ 11,00	R\$ 10.996,67
20	BLS	5000	BROMAZEPAN 3MG CPR	R\$ 0,49	R\$ 2.433,33
21	BLS	5000	BROMAZEPAN 6MG CPR	R\$ 0,52	R\$ 2.616,67
22	CPR	5000	CAPTOPRIL 25 MG CPR	R\$ 0,30	R\$ 1.500,00
23	CPR	5000	CAPTOPRIL 50 MG CPR	R\$ 0,30	R\$ 1.500,00

24	CPR	10000	CARBAMAZEPINA 200MG CPR	R\$ 0,67	R\$ 6.733,33
25	CPR	8000	CARBAMAZEPINA 400MG CPR	R\$ 1,51	R\$ 12.053,33
26	FR	400	CEFALEXINA 250 MG /5 ML SUSP 100 ML	R\$ 31,25	R\$ 12.501,33
27	CPR	8000	CEFALEXINA 500MG CPR	R\$ 1,18	R\$ 9.440,00
28	CPR	1000	CETOCONAZOL 200MG CPR	R\$ 0,78	R\$ 776,67
29	UN	500	CETOCONAZOL CREME TUBOS	R\$ 7,29	R\$ 3.646,67
30	CPR	4000	CINARIZINA 75 MG	R\$ 1,01	R\$ 4.026,67
31	CPR	7000	CIPROFLOXACINO 500MG	R\$ 0,72	R\$ 5.016,67
32	CPR	50	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GTS 20ML	R\$ 14,47	R\$ 723,50
33	CPR	7000	CLONAZEPAN 0,5 MG CPR.	R\$ 0,15	R\$ 1.050,00
34	CPR	10000	CLONAZEPAN 2 MG CPR	R\$ 0,18	R\$ 1.833,33
35	CPR	2000	CLORPROMAZINA 100MG	R\$ 0,96	R\$ 1.920,00
36	FR	50	COLIRIO ANESTESIO 10 ML	R\$ 19,10	R\$ 955,00
37	UN	2000	DEXAMETASONA 1 MG/G CREME	R\$ 4,48	R\$ 8.960,00
38	FR	2000	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 120ML	R\$ 5,21	R\$ 10.420,00
39	CPR	6000	DIAZEPAM 5 MG CPR	R\$ 0,28	R\$ 1.680,00
40	CPR	10000	DIAZEPAN 10 MG 200 CPR.	R\$ 0,28	R\$ 2.800,00
41	CPR	3000	DICLOFENACO DE SODIO 50 MG CPR.	R\$ 0,17	R\$ 520,00
42	CPR	1000	DIGOXINA 0,25MG CPR.	R\$ 0,54	R\$ 543,33
43	CPR	10000	DIPIRONA 500 MG CPR	R\$ 0,30	R\$ 3.000,00
44	FR	5000	DIPIRONA GTS 10ML	R\$ 3,10	R\$ 15.500,00
45	CPR	5000	ENALAPRIL 10MG CPR	R\$ 0,09	R\$ 466,67
46	CPR	5000	ESCOPOLAMINA COMPOSTA CPR	R\$ 1,79	R\$ 8.966,67
47	FR	100	ESCOPOLAMINA COMPOSTA GTS	R\$ 17,94	R\$ 1.794,33
48	CPR	4000	ESPIROLACTONA 25 MG CPR.	R\$ 0,69	R\$ 2.773,33
49	CPR	4000	ESPIROLACTONA 50 MG CPR.	R\$ 0,98	R\$ 3.933,33
50	CPR	8000	FENITOINA 100 MG CPR.	R\$ 0,25	R\$ 2.026,67
51	CPR	8000	FENOBARBITAL 100MG CPR	R\$ 0,26	R\$ 2.106,67
52	CPR	4000	FLUCONAZOL 150MG CPS	R\$ 0,95	R\$ 3.786,67
53	CPR	10000	FLUOXETINA 20 MG CPS	R\$ 0,21	R\$ 2.100,00
54	CPR	6000	FUROSEMIDA 40MG CPR	R\$ 0,13	R\$ 780,00
55	CPR	6000	HALOPERIDOL 5 MG CPR.	R\$ 0,59	R\$ 3.540,00
56	FR	200	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP 60 MG/ML	R\$ 8,68	R\$ 1.736,67
57	CPR	8000	IBUPROFENO 300 MG CPR	R\$ 0,37	R\$ 2.960,00
58	FR	1000	IBUPROFENO 50 MG/ML GTS	R\$ 4,05	R\$ 4.053,33
59	CPR	8000	IBUPROFENO 600 MG CPR	R\$ 0,51	R\$ 4.080,00
60	CPR	200	ISOSSORBIDA 40 MG, MONONITRATO SUBLINGUAL	R\$ 0,62	R\$ 124,67
61	PDA	200	KOLLAGENASE 30G POMADAS DERM.	R\$ 19,10	R\$ 3.820,00
62	CPR	4000	LAMOTRIGINA 100MG	R\$ 4,23	R\$ 16.906,67
63	CPR	5000	LAMOTRIGINA 50MG	R\$ 2,58	R\$ 12.900,00
64	CPR	4000	LEVOTIROXINA SODICA 50 MICROGRAMAS	R\$ 0,42	R\$ 1.666,67
65	CPR	5000	LEVOTIROXINA SODICA 75 MICROGRAMAS	R\$ 0,44	R\$ 2.200,00
66	TB	200	LIDOCAINA POMADA	R\$ 7,41	R\$ 1.481,33

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

67	FR	1000	LORATADINA 5 MG / 5 ML XP	R\$ 5,21	R\$ 5.210,00
68	CPR	3000	LORATADINA COMPRIMIDOS	R\$ 0,17	R\$ 520,00
69	CPR	8000	LOSARTANA POTASSICA 50	R\$ 0,13	R\$ 1.040,00
70	FR	100	MEBENDAZOL 100 MG/5 ML SUSP.	R\$ 5,21	R\$ 521,00
71	CPR	4000	METFORMINA 850 MG	R\$ 0,40	R\$ 1.613,33
72	CPR	1000	METILDOPA 250 MG CPR	R\$ 1,47	R\$ 1.470,00
73	CPR	1000	METILDOPA 500MG CPR	R\$ 3,76	R\$ 3.763,33
74	FR	200	METOCLOPRAMIDA 04MG/ML GTS	R\$ 6,48	R\$ 1.296,67
75	CPR	6000	METOCLOPRAMIDA 10 MG CX CPR	R\$ 0,18	R\$ 1.100,00
76	CPR	1000	METRONIDAZOL 250MG	R\$ 0,47	R\$ 473,33
77	FR	100	METRONIDAZOL 40 MG/ML SUSP.	R\$ 16,15	R\$ 1.614,67
78	TB	500	METRONIDAZOL VAG	R\$ 14,47	R\$ 7.235,00
79	TUBO	500	MICONAZOL 20MG/G CREME DERM.	R\$ 14,47	R\$ 7.235,00
80	TUBO	500	MICONAZOL 20MG/G CREME VAG.	R\$ 9,84	R\$ 4.920,00
81	TUBO	2000	NEOMICINA + BACITRACINA ZINCICA 5/250 G POMADA	R\$ 5,21	R\$ 10.420,00
82	CPR	6000	NIFEDIPINA 20 MG CPR.	R\$ 0,22	R\$ 1.320,00
83	CPR	8000	NIMESULIDA 100 MG CPR	R\$ 0,22	R\$ 1.760,00
84	TUBO	500	NISTATINA 100.000UI/4G CREME VAG.	R\$ 14,47	R\$ 7.235,00
85	CPR	5000	OMEPRAZOL 20 MG CPR	R\$ 0,13	R\$ 650,00
86	FR	50	OTOMYXIN 10 ML	R\$ 19,10	R\$ 955,00
87	CPR	4000	OXCARBAZEPINA 300 MG	R\$ 3,15	R\$ 12.600,00
88	CPR	5000	OXCARBAZEPINA 600 MG	R\$ 4,20	R\$ 21.000,00
89	FR	10000	PARACETAMOL 200 MG/ML GOTAS	R\$ 3,01	R\$ 30.100,00
90	CPR	9000	PARACETAMOL 500 MG CPR	R\$ 0,30	R\$ 2.700,00
91	CPR	9000	PARACETAMOL 750 MG CPR	R\$ 0,52	R\$ 4.710,00
92	CPR	2000	PREDNISONA 20MG CPR	R\$ 0,52	R\$ 1.046,67
93	CPR	2000	PREDNISONA 5MG CPR	R\$ 0,35	R\$ 700,00
94	CPR	4000	PROMETAZINA 25MG CPR	R\$ 0,49	R\$ 1.946,67
95	CPR	5000	PROPRANOLOL 40MG CPR	R\$ 0,17	R\$ 866,67
96	CPR	1000	RISPERIDONA 1 MG CPR	R\$ 0,46	R\$ 463,33
97	CPR	3000	RISPERIDONA 2 MG CPR	R\$ 0,87	R\$ 2.600,00
98	CPR	3000	RISPERIDONA 3 MG CPR	R\$ 0,98	R\$ 2.950,00
99	UN	10000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL	R\$ 1,62	R\$ 16.200,00
101	CPR	9000	SERTRALINA 50MG	R\$ 0,45	R\$ 4.080,00
102	FR	1000	SIMETICONA 75MG/ML FR 10 ML	R\$ 5,21	R\$ 5.210,00
103	CPR	5000	SINVASTATINA 20MG	R\$ 0,45	R\$ 2.266,67
104	CPR	5000	SINVASTATINA 40MG	R\$ 0,80	R\$ 3.983,33
105	FR	50	SOLUÇÃO DE AC. GRAXOS ESSENCIAIS+ VIT A + VIT E 200 ml	R\$ 7,53	R\$ 376,33
106	PDA	1000	SULFADIAZINA DE PRATA POMADA	R\$ 12,86	R\$ 12.860,00
107	FR	1000	SULFAMETAZOL + TRIMETROPINA 200/40 MG SUSP 50 ML	R\$ 5,21	R\$ 5.210,00
108	CPR	5000	SULFAMETAZOL+TRIMETROPINA 400/80 MG	R\$ 0,46	R\$ 2.316,67
109	CPR	10000	SULFATO FERROSO CPR	R\$ 0,09	R\$ 933,33
110	CPR	100	SULFATO FERROSO SUSP	R\$ 3,94	R\$ 393,67

VALOR TOTAL	R\$ 464.934,19
--------------------	----------------

MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MATERIAL PARA DIETA DE RECÉM-NASCIDO E DIETA ENTERAL

ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CPR	50	AKINETOM 2 MG	R\$ 0,83	R\$ 41,67
2	CPR	2000	AMATO 50 MG	R\$ 0,72	R\$ 1.433,33
3	CPR	1000	AMITRIPTILINA 25 MG	R\$ 0,10	R\$ 103,33
4	CPR	1000	AMPLICTYL 100 MG	R\$ 0,64	R\$ 636,67
5	CPR	1000	ANCORON 100 MG	R\$ 1,18	R\$ 1.180,00
6	CPR	1000	ANCORON 200 MG	R\$ 1,85	R\$ 1.853,33
7	CPR	1000	ARIPIRAZOL 10 MG	R\$ 8,74	R\$ 8.736,67
8	CPR	400	ASEA HCT 40/25 MG	R\$ 3,47	R\$ 1.389,33
9	CPR	500	ATIP 200 MG	R\$ 8,26	R\$ 4.131,67
10	CPR	700	ATORVASTATINA 40 MG	R\$ 1,51	R\$ 1.054,67
11	CPR	400	BARIVTI VITAMINAS 60 CPR	R\$ 4,70	R\$ 1.880,00
12	CPR	500	BENICAR ANLO 20/5 MG	R\$ 2,62	R\$ 1.308,33
13	CPR	800	BIQUIS 15 MG	R\$ 14,01	R\$ 11.205,33
14	CPR	400	BRASART HCT 160/12,5MG	R\$ 3,67	R\$ 1.468,00
15	CPR	400	BRASART HCT 320/12,5 MG	R\$ 3,67	R\$ 1.468,00
16	CPR	400	BRASART HCT 320/25 MG	R\$ 3,67	R\$ 1.468,00
17	CPR	2000	CARBOLITIUM 300 MG	R\$ 1,39	R\$ 2.780,00
18	CPR	1000	CARBOLITIUM CR 450 MG	R\$ 2,49	R\$ 2.486,67
19	CPR	500	CITALOPRAM 20 MG	R\$ 1,17	R\$ 585,00
20	CPR	400	CLAVULIN BD 875 MG	R\$ 12,02	R\$ 4.806,67
21	CPR	800	CLOPIDOGREL 75 MG	R\$ 1,19	R\$ 952,00
22	CPR	8000	DEPAKENE 500 MG	R\$ 2,71	R\$ 21.653,33
23	CPR	1000	DEPAKOTE 500 MG	R\$ 5,96	R\$ 5.960,00
24	CPR	800	DESVE 50 MG	R\$ 2,99	R\$ 2.389,33
25	CPR	400	DOMPÉRIX 10 MG	R\$ 1,12	R\$ 449,33
26	CPR	1300	DONEPEZILA 5 MG	R\$ 2,70	R\$ 3.505,67
27	CPR	400	DRAMIN B6	R\$ 0,94	R\$ 374,67
28	CPR	800	DULOXETINA 30 MG	R\$ 10,80	R\$ 8.640,00
29	UND	400	EQUIPO GRAVITACIONAL PARA DIETA ENTERAL	R\$ 4,86	R\$ 1.944,00
30	CPR	1000	ESCITALOPRAM 20 MG	R\$ 1,11	R\$ 1.110,00
31	UND	800	FRASCO DESCARTAVEL P DIETA ENTERAL 300 ML	R\$ 1,85	R\$ 1.482,67
32	UND	600	FRESUBIN ENERGY	R\$ 53,88	R\$ 32.328,00
33	CPR	2000	FRISIUM 10 MG	R\$ 3,53	R\$ 7.060,00
34	CPR	2000	FRISIUM 20 MG	R\$ 3,53	R\$ 7.060,00
35	CPR	10	GELOL	R\$ 52,78	R\$ 527,83
36	CPR	1000	GLIMEPERIDA 4 MG	R\$ 2,23	R\$ 2.233,33
37	CPR	1000	IMUNOGLUCAM DS	R\$ 98,39	R\$ 98.386,67
38	UND	600	ISOURCE 1,5	R\$ 67,36	R\$ 40.414,00
39	CPR	500	LABIRIN 24 MG	R\$ 0,75	R\$ 376,67

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

40	CPR	1200	LAMITOR CD 100 MG	R\$ 3,68	R\$ 4.420,00
41	CPR	2000	LAMITOR CD 50 MG	R\$ 3,68	R\$ 7.366,67
42	LTA	100	LEITE APTAMIL 1	R\$ 117,20	R\$ 11.719,67
43	LTA	100	LEITE APTAMIL 2	R\$ 127,62	R\$ 12.761,67
44	LTA	100	LEITE DE CABRA CAPRILAT	R\$ 98,39	R\$ 9.838,67
45	LTA	100	LEITE NAN COMFOR 1	R\$ 137,74	R\$ 13.774,33
46	LTA	100	LEITE NAN COMFOR 2	R\$ 137,74	R\$ 13.774,33
47	LTA	85	LEITE NEO FORTE	R\$ 358,62	R\$ 30.482,70
48	LTA	100	LEITE NEOADVANCE	R\$ 302,08	R\$ 30.207,67
49	LTA	100	LEITE PREGOMIN	R\$ 428,28	R\$ 42.827,67
50	CPR	500	MESACOL 800 MG	R\$ 9,76	R\$ 4.878,33
51	UNID	500	NASONEX SPRAY 50 MCG	R\$ 75,24	R\$ 37.618,33
52	CPR	1000	NEOZINE 100 MG	R\$ 1,91	R\$ 1.910,00
53	CPR	1000	NEOZINE 25 MG	R\$ 1,56	R\$ 1.563,33
54	CPR	1000	NEURIX	R\$ 2,87	R\$ 2.870,00
55	CPR	700	NIMEGON MET	R\$ 10,33	R\$ 7.228,67
56	CPR	500	NIVUX 100 MG+20MG	R\$ 6,65	R\$ 3.326,67
57	CPR	500	NOVANLO 5 MG	R\$ 5,74	R\$ 2.870,00
58	CPR	500	OLANZAPINA 10 MG	R\$ 3,52	R\$ 1.760,00
59	CPR	500	OLANZAPINA 5 MG	R\$ 3,52	R\$ 1.760,00
60	CPR	2000	OLEPTAL 600 MG	R\$ 5,48	R\$ 10.953,33
61	FR-AMP	100	OZEMPIC 0,25+05 MG	R\$ 1.123,93	R\$ 112.393,33
62	CPR	400	PARIET 20 MG	R\$ 17,69	R\$ 7.074,67
63	CPR	1000	PONDERA XR 12,5 MG	R\$ 3,51	R\$ 3.506,67
64	CPR	1000	PREBCTAL 75 MG	R\$ 3,67	R\$ 3.670,00
65	CPR	1000	QUET XR 50 MG	R\$ 6,37	R\$ 6.366,67
66	CPR	1000	QUETIPIN 100 MG	R\$ 5,13	R\$ 5.126,67
67	CPR	1000	REVANGE	R\$ 4,08	R\$ 4.076,67
68	CPR	1000	RISEDROSS 35 MG	R\$ 21,90	R\$ 21.900,00
69	CPR	1000	RISS 2 MG	R\$ 2,16	R\$ 2.163,33
70	CPR	1000	SELOZOK 25 MG	R\$ 3,01	R\$ 3.010,00
71	CPR	1000	SELOZOK 50 MG	R\$ 4,17	R\$ 4.166,67
72	CPR	1000	SERTRALINA 100 MG	R\$ 8,98	R\$ 8.980,00
73	CPR	1000	SIMECO PLUS SUSP ORAL	R\$ 68,29	R\$ 68.293,33
74	CPR	500	SINOT CLAV 875 MG	R\$ 9,58	R\$ 4.791,67
75	CPR	1000	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA MONOIDRATADO 100 MG	R\$ 6,02	R\$ 6.020,00
76	FR	12	SYMBICORT SPRAY 6/200 MCG	R\$ 188,67	R\$ 2.264,08
77	CPR	1000	TAN 750 MG	R\$ 5,67	R\$ 5.673,33
78	CPR	1000	TEPEV 500 MG	R\$ 3,04	R\$ 3.043,33
79	CPR	1000	TOPIRAMATO 25 MG	R\$ 1,78	R\$ 1.783,33
80	CPR	1300	TORVAL 300 MG	R\$ 3,01	R\$ 3.913,00
81	CPR	1300	TORVAL 500 MG	R\$ 3,70	R\$ 4.814,33
82	CPR	1200	URBANIL 10 MG	R\$ 2,26	R\$ 2.708,00
83	UND	30	WHEY PROTEIN ISOLADO	R\$ 172,47	R\$ 5.174,00
84	CPR	1000	XIGDUO XR 5/1000MG	R\$ 4,80	R\$ 4.803,33
85	CPR	1200	ZOLPIDEM 10 MG	R\$ 1,36	R\$ 1.628,00
86	CPR	1200	ZYXEM	R\$ 7,87	R\$ 9.444,00
VALOR TOTAL					R\$ 847.564,62



3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Trata-se de compra frequente e parcelada, ficando estipulado prazo de entrega de até 5 (cinco) dias úteis, contados do(a) ORDEM DE FORNECIMENTO.

3.2. Os medicamentos deverão ser entregues no local indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, em horário de expediente, sendo das 08h às 17h.

3.3. As entrega serão periódicas de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde, conforme especificado nas Ordens de Fornecimento, em horário de expediente nos seguintes locais: Secretaria Municipal de Saúde, sito à Rua Rita Cândida de Jesus Nº 32, Montividiu do Norte.

3.4. Em se tratando dos medicamentos, todos os produtos devem conter embalagem própria, sendo que serão rejeitados quando não atenderem a qualidade descrita na cláusula primeira. Os demais produtos também deverão conter embalagem própria.

3.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1.efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2.responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3.substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4.comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5.manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6.indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

7. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

7.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

9.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta junto aos órgãos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº3, de 26 de abril de 2018.

9.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



9.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = (6 / 10) I = 0,00016438$

$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

365

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



10.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.7. O reajuste será realizado por apostilamento ou termo aditivo de alteração contratual.

11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 12.1.1. Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

12.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5. cometer fraude fiscal;

12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.3. multa moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

12.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.3.4. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Administração Municipal pelo prazo de até 5 anos;



12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

12.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcira Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

13.1. As despesas com a contratação estão previstas na seguinte dotação: 2.095 MANUTENCAO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS FICHA: 449 FONTE: 102.

O presente termo foi elaborado pela equipe técnica do setor de compras e segue aprovado pela autoridade competente abaixo assinado.

MARCIA ALVES VIEIRA DE PAIVA
Membro da Equipe Técnica

JACILENE MARTINS DE PAIVA AIRES
Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



PREGÃO ELETRÔNICO SRP 001/2024

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Fone:

Fax:

E-mail:

Para fins de Pagamento:

Banco:

Agência:

C/Corrente:

Prazo de validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega/execução do(s) medicamentos: XX (XXXX) dias a contar do recebimento da Nota de empenho

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza resultante da execução do objeto licitado, considerando os itens entregues/executados no Local indicado neste Edital Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do Edital Pregão n.º 0001/2024 e seus Anexos.

MEDICAMENTOS INJETÁVEIS

ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	AMP	2000	AGUA P/ INJETAVEIS 10 ML			
2	AMP	400	AMINOFILINA 24MG/ML CX			
3	AMP	500	AMIODARONA 50MG/ML INJ 3ML			
4	AMP	500	ATROPINA 0,25 MG/ML INJ 1 ML			
5	AMP	2000	BENZILPENICILINA 1.200.000UI			
6	AMP	1000	BENZILPENICILINA 600.000UI			
7	AMP	400	BROMOPRIDA 10MG /2 ML			
8	AMP	3000	BUSCOPAM COMPOSTO INJ			
9	AMP	1000	BUSCOPAM SIMPLES INJ			

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com

10	AMP	100	CEFALOTINA SODICA 1G PO INJ			
11	AMP	1000	CEFTRIAXONA 1G			
12	AMP	200	CETOPROFENO 100 MG INJ EV FRASCO AMPOLA			
13	AMP	100	CLORETO DE POTASSIO 19,1% INJ 10 ml			
14	AMP	100	CLORETO DE SODIO 10%			
15	UN	200	CLOREXIDINA 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE 1000ML			
16	AMP	100	CLORPROMAZINA 5 MG/ML (amplictil) inj			
17	AMP	4000	COMPLEXO B INJ			
18	AMP	100	DESLANOL CX			
19	AMP	3000	DEXAMETASONA 4MG/ML			
20	AMP	300	DIAZEPAN 5MG/ML 2 ML AMP			
21	AMP	2000	DICLOFENACO DE SODIO INJ			
22	AMP	500	DIMENIDRINATO+CLOR DE PIRIDOXINA, GLICOSE, FRUTOSE 10 ML			
23	AMP	1000	DIMENIDRINATO+CLORIDRATO DE PIRIDOXINA B6/1 ml			
24	AMP	4000	DIPIRONA SODICA INJ			
25	AMP	20	DOLOSAL INJ			
26	AMP	100	ETILEFRINA			
27	AMP	100	FENITOINA 50MG/ML INJ			
28	AMP	100	FENOBARBITAL 100 MG/ML			
29	AMP	20	FENTANIL 50 MCG/ML 2ML			
30	AMP	20	FLUMAZENIL 0,1 MG/ML			
31	AMP	400	FUROSEMIDA 10 MG/ML 2ML			
32	AMP	100	GENTAMICINA 80 MG INJ AMP 2ML			
33	AMP	1000	GLICOSE 25% INJ 10 ML			
34	AMP	1000	GLICOSE 50% INJ 10ML			
35	AMP	100	HALOPERIDOL 5MG/ML INJ			
36	AMP	500	HIDROCORTISONA 100MG PO IM/IV			
37	AMP	2000	HIDROCORTISONA 500MG PO IM/IV			
38	AMP	1000	LIDOCAINA INJ			
39	AMP	500	METROPROLOL 01 MG/ML INJ AMP 5 ML			
40	AMP	500	MORFINA			
41	AMP	2000	OMEPRAZOL 40 MG INJ			
42	AMP	1000	ONDANSETRONA 2MG/ML			
43	AMP	500	PLASIL INJ AMP			
44	AMP	400	PROMETAZINA 25 MG INJ			
45	UN	20	PVPI 1% 1000 ML			
46	UN	15000	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 100 ML			
47	FR	10000	SORO FISIOLÓGICO 250 ml			
48	FR	8000	SORO FISIOLÓGICO 500 ml			
49	UN	500	SORO GLICO-FISIOLÓGICO 500 ML			
50	UN	1000	SORO GLICOSADO 500 ML			
51	UN	400	SORO RINGER LACTADO 500 ML			

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com

52	UM	400	SORO RINGER SIMPLES 500 ML			
53	AMP	1000	TENOXICAM 40 MG AMPOLAS			
54	AMP	3000	TRAMADOL 50MG/ML			
55	AMP	500	TRANSAMIM 250 MG INJ			
56	AMP	4000	VITAMINA C AMPOLA			
57	AMP	500	VITAMINA K (FITOMENADIONA) 10 MG INJ			

MATERIAIS HOSPITALARES

ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	PCTE	50	ABAIXADOR DE LINGUA			
2	UN	10	ADESIVO SINGLE BOND			
3	CX	200	AGULHA 13 X 4,5 DESC C/ 100			
4	CX	100	AGULHA 20 X 5,5 DESC C/100			
5	CX	100	AGULHA 25 X 7 DESC C/ 100			
6	CX	100	AGULHA 25X8 DESC C/ 100			
7	CX	50	AGULHA 40X12 DESC C/100			
8	UN	500	ALCOOL 70% 1000 ml			
9	LT	20	ALCOOL IODADO			
10	PC	100	ALGODAO HIDROFILO 500 MG			
11	UND	50	APARELHO DE PRESSÃO			
12	PCT	500	ATADURA DE 05 CM 9 FIOS COM 12 UNIDADES			
13	PCT	500	ATADURA DE 10 cm 9 FIOS COM 12 UNIDADES			
14	PCT	500	ATADURA DE 15 cm 9 FIOS COM 15 UNIDADES			
15	UN	150	BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO 2L			
16	UN	1000	BOLSA DE COLOSTOMIA 19/64 MM			
17	UN	200	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO 2L UNIDADE			
18	CX	100	CATETER PERIFERICO N°20			
19	CX	2000	CATETER PERIFERICO N°22			
20	CX	2000	CATETER PERIFERICO N°24			
21	CX	500	CATETER PERIFERICO N°26			
22	UN	1000	CATETER TIPO OCULOS (INALAÇÃO DE OXIGENIO)			
23	UN	500	CATETER TIPO ÓCULOS INFANTIL (INALAÇÃO DE OXIGÊNIO)			
24	PCT	2000	COMPRESSA DE GAZE 7,5 x 7,5 9 FIOS CX C/ 500 (CREMER)			
25	UN	100	DESCARTEX 20 LT			
26	PCT	10	ELETRODO ECG P/ MONITORAÇÃO CARDIACA DESCARTÁVEL			
27	PCT	15.000	EQUIPO MACROGOTAS PCT C/20			
28	UN	200	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP			

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com

29	CX	10	ESCALPE Nº 21 CX C/100			
30	CX	10	ESCALPE Nº 23 CX C/100			
31	CX	10	ESCALPE Nº 25 CX C/100			
32	UN	200	ESPARADRAPO 10 CM X 4,5 M			
33	UM	100	ESPARADRAPO MICROPOREO 05 cm X 10M			
34	UN	400	ESPECULO GRANDE			
35	UN	400	ESPECULO MEDIO			
36	CX	50	FIOS DE SUTURA NYLON 2.0			
37	CX	50	FIOS DE SUTURA NYLON 3.0			
38	CX	50	FIOS DE SUTURA NYLON 4.0			
39	CX	50	FIOS DE SUTURA NYLON 5.0			
40	CX	100	FITA GLICEMIA ON CALL PLUS			
41	CX	100	FITA GLICEROMETRO ACCU CHEK ACTIVE CX C/50			
42	CX	100	FITA GLICEMIA G-TECH LITE			
43	FRS	5	FIXADOR CITOLOGICO 100 ML			
44	VD	10	FLUOR GEL			
45	UN	10	IMOBILIZADOR APOIO LATERAL DE CABEÇA SUPORTE CERVICAL RESGATE			
46	CX	50	LAMINA DE BISTURI Nº23 G CX C/100			
47	CX	1000	LUVAS DE PROCEDIMENTO PP			
48	CX	1000	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO G			
49	CX	1000	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAMANHO M			
50	CX	1000	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P			
51	CX	100	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P SEM PÓ			
52	UN	500	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 7,5			
53	UN	500	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 7			
54	CX	500	MASCARA C/ ELÁSTICO C/ 50			
55	UN	20	MÁSCARA DE VENTURI TAMANHO ADULTO			
56	UN	20	MÁSCARA DE VENTURI TAMANHO INFANTIL			
57	UN	50	RM DISPOSITIVO P/ INCONTINENCIA URINARIA			
58	CX	50	SERINGA 01 ML C/AG 13 X 4,5 CX C/100			
59	CX	50	SERINGA 03 ML C/AG 25X7 CX C/100			
60	CX	50	SERINGA 03 ML S/AG CX C/100			
61	CX	50	SERINGA 05 ML C/AG25X7 CX C/100			
62	CX	50	SERINGA 05 ML S/AG CX C/100			
63	CX	50	SERINGA 10 ML C/AG 25X7 CX C/100			
64	CX	50	SERINGA 20 ML C/AG 25X8 CX			

			C/50			
65	PCT	50	SERINGA BD ULTRA-FINE II CURTA 0,3CC/0,3ML PCT C/10			
66	UN	100	SONDA FOLEY Nº08			
67	UN	100	SONDA FOLEY Nº10			
68	UN	100	SONDA FOLEY Nº12			
69	UN	100	SONDA FOLEY Nº14			
70	UN	100	SONDA FOLEY Nº16			
71	UN	50	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 06			
72	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 08			
73	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 10			
74	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 12			
75	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 14			
76	UN	100	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 16			
77	UN	50	SONDA DE ALÍVIO TAMANHO 18			
78	UN	5	UMIDIFICADOR DE OXIGENIO 250 ml C/EXT E MASCARA ADULTO			

MEDICAMENTOS HOSPITALAR

ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CPR	6000	AAS 100MG INFANTIL CPR.			
2	FR	100	ACEBROFILINA XPE ADULTO			
3	CPR	4000	ACIDO FOLICO 5 MG			
4	FR	500	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSP. ORAL C/10 ML			
5	CPR	500	ALBENDAZOL 400 MG CPR.			
6	CPR	2000	ALENDRONATO DE SODIO 70MG			
7	FR	1000	AMBROXOL ADT 15MG/ML XPE			
8	FR	1000	AMBROXOL PED 15MG/ML XPE			
9	CPR	4000	AMIODARONA 200 MG CPR			
10	CPR	2000	AMITRIPTILINA 25 MG CPR			
11	FR	1000	AMOXICILINA 250 MG SUSP. ORAL			
12	CPR	5000	AMOXICILINA 500 MG CPS			
13	CPR	5000	ANLODIPINO 10 MG CPR			
14	CPR	5000	ANLODIPINO 5 MG CPR.			
15	CPR	5000	ATENOLOL 100 MG CPR			
16	CPR	5000	ATENOLOL 50 MG CPR			
17	FR	500	ATROVENT GTS 20 ML			
18	CPR	5000	AZITROMICINA 500MG CPR			
19	FR	1000	AZITROMICINA PO P SUSP 40MG/ML			
20	BLS	5000	BROMAZEPAN 3MG CPR			
21	BLS	5000	BROMAZEPAN 6MG CPR			
22	CPR	5000	CAPTOPRIL 25 MG CPR			
23	CPR	5000	CAPTOPRIL 50 MG CPR			
24	CPR	10000	CARBAMAZEPINA 200MG CPR			
25	CPR	8000	CARBAMAZEPINA 400MG CPR			
26	FR	400	CEFALEXINA 250 MG /5 ML SUSP 100 ML			

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com

27	CPR	8000	CEFALEXINA 500MG CPR			
28	CPR	1000	CETOCONAZOL 200MG CPR			
29	UN	500	CETOCONAZOL CREME TUBOS			
30	CPR	4000	CINARIZINA 75 MG			
31	CPR	7000	CIPROFLOXACINO 500MG			
32	CPR	50	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML GTS 20ML			
33	CPR	7000	CLONAZEPAN 0,5 MG CPR.			
34	CPR	10000	CLONAZEPAN 2 MG CPR			
35	CPR	2000	CLORPROMAZINA 100MG			
36	FR	50	COLIRIO ANESTESIO 10 ML			
37	UN	2000	DEXAMETASONA 1 MG/G CREME			
38	FR	2000	DEXCLORFENIRAMINA XAROPE 120ML			
39	CPR	6000	DIAZEPAM 5 MG CPR			
40	CPR	10000	DIAZEPAN 10 MG 200 CPR.			
41	CPR	3000	DICLOFENACO DE SODIO 50 MG CPR.			
42	CPR	1000	DIGOXINA 0,25MG CPR.			
43	CPR	10000	DIPIRONA 500 MG CPR			
44	FR	5000	DIPIRONA GTS 10ML			
45	CPR	5000	ENALAPRIL 10MG CPR			
46	CPR	5000	ESCOPOLAMINA COMPOSTA CPR			
47	FR	100	ESCOPOLAMINA COMPOSTA GTS			
48	CPR	4000	ESPIROLACTONA 25 MG CPR.			
49	CPR	4000	ESPIROLACTONA 50 MG CPR.			
50	CPR	8000	FENITOINA 100 MG CPR.			
51	CPR	8000	FENOBARBITAL 100MG CPR			
52	CPR	4000	FLUCONAZOL 150MG CPS			
53	CPR	10000	FLUOXETINA 20 MG CPS			
54	CPR	6000	FUROSEMIDA 40MG CPR			
55	CPR	6000	HALOPERIDOL 5 MG CPR.			
56	FR	200	HIDROXIDO DE ALUMINIO SUSP 60 MG/ML			
57	CPR	8000	IBUPROFENO 300 MG CPR			
58	FR	1000	IBUPROFENO 50 MG/ML GTS			
59	CPR	8000	IBUPROFENO 600 MG CPR			
60	CPR	200	ISOSSORBIDA 40 MG, MONONITRATO SUBLINGUAL			
61	PDA	200	KOLLAGENASE 30G POMADAS DERM.			
62	CPR	4000	LAMOTRIGINA 100MG			
63	CPR	5000	LAMOTRIGINA 50MG			
64	CPR	4000	LEVOTIROXINA SODICA 50 MICROGRAMAS			
65	CPR	5000	LEVOTIROXINA SODICA 75 MICROGRAMAS			
66	TB	200	LIDOCAINA POMADA			
67	FR	1000	LORATADINA 5 MG / 5 ML XP			
68	CPR	3000	LORATADINA COMPRIMIDOS			
69	CPR	8000	LOSARTANA POTASSICA 50			

70	FR	100	MEBENDAZOL 100 MG/5 ML SUSP.			
71	CPR	4000	METFORMINA 850 MG			
72	CPR	1000	METILDOPA 250 MG CPR			
73	CPR	1000	METILDOPA 500MG CPR			
74	FR	200	METOCLOPRAMIDA 04MG/ML GTS			
75	CPR	6000	METOCLOPRAMIDA 10 MG CX CPR			
76	CPR	1000	METRONIDAZOL 250MG			
77	FR	100	METRONIDAZOL 40 MG/ML SUSP.			
78	TB	500	METRONIDAZOL VAG			
79	TUBO	500	MICONAZOL 20MG/G CREME DERM.			
80	TUBO	500	MICONAZOL 20MG/G CREME VAG.			
81	TUBO	2000	NEOMICINA + BACITRACINA ZINCICA 5/250 G POMADA			
82	CPR	6000	NIFEDIPINA 20 MG CPR.			
83	CPR	8000	NIMESULIDA 100 MG CPR			
84	TUBO	500	NISTATINA 100.000UI/4G CREME VAG.			
85	CPR	5000	OMEPRAZOL 20 MG CPR			
86	FR	50	OTOMYXIN 10 ML			
87	CPR	4000	OXCARBAZEPINA 300 MG			
88	CPR	5000	OXCARBAZEPINA 600 MG			
89	FR	10000	PARACETAMOL 200 MG/ML GOTAS			
90	CPR	9000	PARACETAMOL 500 MG CPR			
91	CPR	9000	PARACETAMOL 750 MG CPR			
92	CPR	2000	PREDNISONA 20MG CPR			
93	CPR	2000	PREDNISONA 5MG CPR			
94	CPR	4000	PROMETAZINA 25MG CPR			
95	CPR	5000	PROPRANOLOL 40MG CPR			
96	CPR	1000	RISPERIDONA 1 MG CPR			
97	CPR	3000	RISPERIDONA 2 MG CPR			
98	CPR	3000	RISPERIDONA 3 MG CPR			
99	UN	10000	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL			
101	CPR	9000	SERTRALINA 50MG			
102	FR	1000	SIMETICONA 75MG/ML FR 10 ML			
103	CPR	5000	SINVASTATINA 20MG			
104	CPR	5000	SINVASTATINA 40MG			
105	FR	50	SOLUÇÃO DE AC. GRAXOS ESSENCIAIS+ VIT A + VIT E 200 ml			
106	PDA	1000	SULFADIAZINA DE PRATA POMADA			
107	FR	1000	SULFAMETAZOL + TRIMETROPINA 200/40 MG SUSP 50 ML			
108	CPR	5000	SULFAMETAZOL+TRIMETROPINA 400/80 MG			
109	CPR	10000	SULFATO FERROSO CPR			
110	CPR	100	SULFATO FERROSO SUSP			

MEDICAMENTOS CONTROLADOS E MATERIAL PARA DIETA DE RECÉM-NASCIDO E DIETA ENTERAL

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com

ITEM	UND	QUANT.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CPR	50	AKINETOM 2 MG			
2	CPR	2000	AMATO 50 MG			
3	CPR	1000	AMITRIPTILINA 25 MG			
4	CPR	1000	AMPLICTYL 100 MG			
5	CPR	1000	ANCORON 100 MG			
6	CPR	1000	ANCORON 200 MG			
7	CPR	1000	ARIPIRAZOL 10 MG			
8	CPR	400	ASEA HCT 40/25 MG			
9	CPR	500	ATIP 200 MG			
10	CPR	700	ATORVASTATINA 40 MG			
11	CPR	400	BARIVTI VITAMINAS 60 CPR			
12	CPR	500	BENICAR ANLO 20/5 MG			
13	CPR	800	BIQUIS 15 MG			
14	CPR	400	BRASART HCT 160/12,5MG			
15	CPR	400	BRASART HCT 320/12,5 MG			
16	CPR	400	BRASART HCT 320/25 MG			
17	CPR	2000	CARBOLITIUM 300 MG			
18	CPR	1000	CARBOLITIUM CR 450 MG			
19	CPR	500	CITALOPRAM 20 MG			
20	CPR	400	CLAVULIN BD 875 MG			
21	CPR	800	CLOPIDOGREL 75 MG			
22	CPR	8000	DEPAKENE 500 MG			
23	CPR	1000	DEPAKOTE 500 MG			
24	CPR	800	DESVE 50 MG			
25	CPR	400	DOMPÉRIX 10 MG			
26	CPR	1300	DONEPEZILA 5 MG			
27	CPR	400	DRAMIN B6			
28	CPR	800	DULOXETINA 30 MG			
29	UND	400	EQUIPO GRAVITACIONAL PARA DIETA ENTERAL			
30	CPR	1000	ESCITALOPRAM 20 MG			
31	UND	800	FRASCO DESCARTAVEL P DIETA ENTERAL 300 ML			
32	UND	600	FRESUBIN ENERGY			
33	CPR	2000	FRISIUM 10 MG			
34	CPR	2000	FRISIUM 20 MG			
35	CPR	10	GELOL			
36	CPR	1000	GLIMEPERIDA 4 MG			
37	CPR	1000	IMUNOGLUCAM DS			
38	UND	600	ISOURCE 1,5			
39	CPR	500	LABIRIN 24 MG			
40	CPR	1200	LAMITOR CD 100 MG			
41	CPR	2000	LAMITOR CD 50 MG			
42	LTA	100	LEITE APTAMIL 1			
43	LTA	100	LEITE APTAMIL 2			
44	LTA	100	LEITE DE CABRA CAPRILAT			
45	LTA	100	LEITE NAN COMFOR 1			
46	LTA	100	LEITE NAN COMFOR 2			
47	LTA	85	LEITE NEO FORTE			

48	LTA	100	LEITE NEOADVANCE			
49	LTA	100	LEITE PREGOMIN			
50	CPR	500	MESACOL 800 MG			
51	UNID	500	NASONEX SPRAY 50 MCG			
52	CPR	1000	NEOZINE 100 MG			
53	CPR	1000	NEOZINE 25 MG			
54	CPR	1000	NEURIX			
55	CPR	700	NIMEGON MET			
56	CPR	500	NIVUX 100 MG+20MG			
57	CPR	500	NOVANLO 5 MG			
58	CPR	500	OLANZAPINA 10 MG			
59	CPR	500	OLANZAPINA 5 MG			
60	CPR	2000	OLEPTAL 600 MG			
61	FR-AMP	100	OZEMPIC 0,25+05 MG			
62	CPR	400	PARIET 20 MG			
63	CPR	1000	PONDERA XR 12,5 MG			
64	CPR	1000	PREBCTAL 75 MG			
65	CPR	1000	QUET XR 50 MG			
66	CPR	1000	QUETIPIN 100 MG			
67	CPR	1000	REVANGE			
68	CPR	1000	RISEDROSS 35 MG			
69	CPR	1000	RISS 2 MG			
70	CPR	1000	SELOZOK 25 MG			
71	CPR	1000	SELOZOK 50 MG			
72	CPR	1000	SERTRALINA 100 MG			
73	CPR	1000	SIMECO PLUS SUSP ORAL			
74	CPR	500	SINOT CLAV 875 MG			
75	CPR	1000	SUCCINATO DE DESVENLAFAXINA MONOIDRATADO 100 MG			
76	FR	12	SYMBICORT SPRAY 6/200 MCG			
77	CPR	1000	TAN 750 MG			
78	CPR	1000	TEPEV 500 MG			
79	CPR	1000	TOPIRAMATO 25 MG			
80	CPR	1300	TORVAL 300 MG			
81	CPR	1300	TORVAL 500 MG			
82	CPR	1200	URBANIL 10 MG			
83	UND	30	WHEY PROTEIN ISOLADO			
84	CPR	1000	XIGDUO XR 5/1000MG			
85	CPR	1200	ZOLPIDEM 10 MG			
86	CPR	1200	ZYXEM			

Preço Total por extenso:

Local, XX de XXXX de 2024

.....

Representante Legal da Empresa



PREGÃO ELETRÔNICO SRP 001/2024

ANEXO III

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, DECLARA:

1. que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
3. data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
9. que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;
10. o e-mail: , como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações e notificações.



11. que caso vencedora os dados do representante legal da licitante que deverão constar na minuta do contrato/ata de registro de preços para formalização são:

Nome : , CPF: , RG: .

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), XX de XXXXXXXX de 2024.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO SRP 001/2024

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESADE PEQUENO PORTE

A empresa , inscrita no CNPJ: sediada à Rua , n.º , com sede na Cidade de , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) , portador (a) da Carteira de Identidade nº e de CPF nº.....
DECLARA para todos os fins sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

☐ MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº123/12006.
DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de janeiro de 2006.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), XX de XXXXXXXXX de 2024.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante e ter a assinatura do representante legal.



PREGÃO ELETRÔNICO SRP 001/2024

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO N°/2024

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTIVIDIU DO NORTE- GO, ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º, sediada na Rua, Montividiu do Norte- GO - GO, neste ato representada pelo senhor,, brasileiro, inscrito no CPF nº e portador do RG Sob o nº, residente e domiciliado na cidade de, Estado do, no gozo de seus plenos direitos doravante denominado de CONTRATANTE e de outro, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ:, estabelecida na..... Neste ato representado pelo Sr....., residente e domiciliado na..... Doravante designada simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL O presente instrumento contratual está fundamentado na Pregão Eletrônico nº__2024 com fulcro na lei de licitações e contratos administrativos nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto municipal nº__ /2021 que regulamenta aplicação da lei 14.133/2021 no âmbito do município de Montividiu do Norte- GO, nos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO Registro de preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no ramo pertinente para fornecimento de medicamentos objeto do Plano de Trabalho, Processo nº 202300010002986 aprovado pela Secretaria de Estado de Saúde, conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

LOT E	SEQUEN CIA	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDA DE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 dias após o fornecimento dos produtos prestados e da nota fiscal;



3.2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o CONTRATADO deverá fazer constar na nota fiscal, o número do contrato ou do documento hábil com a descrição do objeto, sem rasura, em nome da CONTRATANTE, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

3.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável da solicitação e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as devidas correções. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

3.4. É obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme art. 92º, inciso XVI da lei nº. 14.133/2021.

3.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem transferência bancária em nome do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos de acordo com as necessidades de consumo da administração pública municipal de Montividiu do Norte- GO;

4.2. A autorização será emitida, em duas vias, devidamente assinadas pelo responsável da secretaria solicitante, ou por alguém designado pelo mesmo;

4.3. O prazo de entrega dos produtos é de 5 (cinco) dias, contados do(a) recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, ou ainda outro documento equivalente, em remessa única, do respectivo pedido;

4.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (A)

As obrigações da CONTRATADO (A):

5.1. Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas neste termo;



5.2. Possuir quantitativos suficiente para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura do Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

5.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente termo, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

5.4. Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, à quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

5.5. Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

5.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

5.7. A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

5.8. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações da CONTRATANTE:

6.1. Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização;

6.2. Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim;

6.3. Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na prestação dos serviços e exigir as devidas providências que demandem do CONTRATADO;

6.4. Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;

6.5. Atestar a execução da prestação dos serviços efetivamente realizada e conforme as especificações técnicas dos serviços;

6.6. Fornecer ao CONTRATADO os elementos necessários à defesa de seus direitos, sejam documentos, procurações, certidões etc., sempre que se fizer necessário e assim que lhes for solicitado;

6.7. Arcar com todas as despesas e custas necessárias ao fiel desempenho do contrato e dele decorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência desta contratação dar-se-á_____.



CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRECIMOS E SUPRESSÕES

8.1. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas conforme o art. 124 da lei 14.133/2021;

8.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) conforme art. 125 da lei 14.133/2021;

8.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês conforme art. 132 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentaria:

CLÁUSULA DECIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As infrações e sanções administrativa será aplicada ao contratado conforme o previsto nos artigos 155 e 156 da lei nº 14. 133/2021;

10.2. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

10.3. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere ao item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação conforme art. 166 da lei 14.133/2021;

11.2. O recurso de que trata o item anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua



motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

11.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 156 da lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento conforme art. 167 da lei 14.133/2021;

11.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente conforme art. 168 da lei 14.133/2021;

11.5. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme o disposto no art. 117 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme segue:

14.2. Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;

14.3. Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência do Município, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS



Fica eleito o Foro da Comarca de Porangatu, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

E, por estarem assim justas e acertadas, celebram o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual vai assinado pelas partes, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Montividiu do Norte, Estado do Goiás, de de

CONTRATANTE:

CONTRATADA:.....

TESTEMUNHAS

1) NOME

CPF.:

2) NOME

CPF.:



PREGÃO ELETRÔNICO SRP 001/2024

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
LOT E	SEQUEN CIA	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID ADE	QUANTIDA DE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALO R TOTA L

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....



3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.



4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:



5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.



5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.



7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000



8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver). Local e data Assinaturas Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).

Montividiu do Norte- GO, XX, de XXXXX de 2024.

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



PARECER JURIDICO DE CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE

Edital: Pregão Eletrônico nº 001/2024

OBJETO: Registro de preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no ramo pertinente para fornecimento de medicamentos, materiais hospitalar e alimentos para dieta enteral conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

RELATÓRIO:

A presente manifestação jurídica, solicitada pelo Setor de Licitações do Município de Montividiu do Norte, tem como objetivo analisar os trâmites e documentos relacionados ao procedimento licitatório em epígrafe.

Trata -se de um ato ínsito à fase preparatória da licitação, cujo fundamento está previsto no art. 53 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 53 . Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I – apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II – redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

2º (VETADO).

3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.



Posto isto, a presente manifestação não se vinculará aos aspectos técnicos envolvidos no objeto/serviço solicitado pelo órgão demandante, mas aos aspectos jurídicos intrínsecos ao procedimento, motivo pelo qual os documentos apresentados no presente Memorando terão seus conteúdos considerados como verossímeis, sem prejuízo de apuração de eventual apuração de responsabilidade caso não reflitam no real atendimento do interesse público.

É o relatório.

1. FUNDAMENTAÇÃO:

1.1 DOS DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM O PROCESSO:

Preliminarmente, registra -se que seguem no Memorando os seguintes documentos: - Termo de Formalização de Demanda; Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; Orçamentos; Edital e Anexos.

Tais documentos fazem parte do da chamada fase preparatória da licitação, devendo, portanto, observar, na medida do possível, o art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar -se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I – a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II – a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III – a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV – o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V – a elaboração do edital de licitação;



VI – a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII – o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII – a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX – a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico -financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X – a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI – a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Pelo que consta ao Processo, as justificativas que motivam o pedido de contratação e os documentos mencionados no dispositivo acima se mostram presentes.

2.2. DOS ORÇAMENTOS OBTIDOS:

É na fase interna que a Administração define o que se pode chamar de encargo, que nada mais é do que um conjunto de obrigações. Esse conjunto de obrigações expressa a vontade da Administração e representa o que ela deseja para satisfazer a sua necessidade.

É cediço que a elaboração da estimativa de preços nos procedimentos de contratação exige ampla pesquisa de preços, a fim de permitir a identificação precisa da faixa usual de valores praticados para objeto similar ao pretendido.

A Lei nº 14.133/2021 em seu art. 23, §1º, assim disciplinou sobre o valor estimado da contratação:

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No presente caso, para fins de elaboração do cálculo do valor estimado, foram utilizadas 03 (três) pesquisas de preços realizadas com empresas do ramo farmacêutico.

Portanto, quanto à pesquisa de preços realizada na presente contratação, entende -se que restou observada os pressupostos previstos no Lei 14.133/2021.

1.2 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR:

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



O Estudo Técnico Preliminar (ETP) está disciplinado no art. 6º, XX, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º XX - documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Voltando à Lei nº 14.133/2021, o seu art. 18, §§ 1º prevê os requisitos pelos quais o Estudo Técnico Preliminar deve conter:

Art. 18.

(...)

1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;



VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Por sua vez, o § 2º do mesmo dispositivo prevê os requisitos mínimos do ETP, podendo os demais serem dispensados mediante justificativa:

Art. 18. (...) 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Desta feita, analisado o Estudo Técnico Preliminar, observa -se que o mesmo observou a legislação aplicável.

1.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA:

A definição de termo de referência está prevista no art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

Art. 6º: (...) XXIII – termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;



- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor ;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

Segundo o art. 40, §1º da lei, o termo também deve conter, quando for o caso:

Art. 40.

(...)

1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

- I – especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
- II – indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
- III – especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

À luz dos dispositivos citados, observou -se que a minuta do Termo de Referência está de acordo com a estipulação legal.

1.4 DAS CONDIÇÕES DO EDITAL:

Prefeitura Municipal de Montividiu do Norte – GO. Endereço: Rua Rita Cândida de Jesus nº 32 – Centro – CEP: 76465-000

Telefone: (62) 33846282 – CNPJ: 25.005.166/0001-21 - E-mail: prefeituramontividiunorte.gov.go@outlook.com



No que tange às estipulações presentes no edital, entende -se, a princípio, estarem de acordo com a legislação aplicável, observado o disposto no s arts. 25 e 92 da Lei nº 14.133/2021.

Outrossim, a minuta também preconiza as prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nos termos constantes na Lei Complementar Federal nº 123/2006. Isto posto, passa -se à conclusão.

2. DA CONCLUSÃO:

Ante o exposto, opina -se, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e financeiros e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, pela regularidade do presente processo licitatório.

S,m,j

É o parecer.

Montividiu do Norte - GO, 17 de abril de 2024.

TIAGO CUSTODIO DOS SANTOS

Assessoria Jurídica



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2024

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, **Jacilene Martins de Paiva Aires**, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Montividiu no Norte, Estado de Goiás, em consonância com o art. 53 §3º da Lei 14.133/21,

Considerando a necessidade em dar continuidade na organização da Secretaria Municipal de Saúde, dar maior celeridade ao atendimento das demandas desta, o presente, tem por finalidade o Registro de preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no ramo pertinente para fornecimento de medicamentos, materiais hospitalar e alimentos para dieta enteral conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I, do Edital.

Considerando que a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico foi encerrado, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação

Determino a divulgação do edital de licitação

Cumpra-se.

Município de Montividiu do Norte, aos 17 dias do mês de abril de 2024.

Jacilene Martins de Paiva Aires

Secretária Municipal de Saúde